



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Gestão de Políticas Sociais

O Brasil voltou vinte anos em dois: breve análise da política de educação no contexto do golpe de 2016 e do governo federal atual

Simone Eliza do Carmo Lessa¹
Rafaella Peres Ennes de Souza²
Thamires dos Santos Pereira³

Resumo: O presente trabalho tem como tema a análise dos impactos do golpe de 2016 até o governo atual, na política de educação. Para a sua construção, utilizamos dados secundários que denunciam retrocessos recorrentes nos últimos dois anos. Defendemos a importância desse debate, porque a política da qual estamos tratando é central e tem sido alvo de constantes sucateamentos. Pretendemos, a partir da reflexão proposta, denunciar as consequências do golpe de 2016 na educação brasileira.

Palavras-chave: Golpe; Educação; Direitos; Governo Federal.

Abstract: This paper analyzes the impacts of the coup of 2016 on education policy, up to the current government. For its construction, we use secondary data that denounce recurring setbacks in the last two years. We defend the importance of this issue, because the policy we are dealing with in this article has been the target of constant scrapping. We intend, from the proposed reflection, to denounce the consequences of the coup of 2016 in Brazilian education.

Keywords: Coup, Education, Rights; Federal Government.

¹Assistente Social com experiência na área de educação. Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Serviço Social, FSS/UERJ, Departamento de Política Social. Coordenadora do NEEAE (Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil).

²Graduanda em Serviço Social da FSS UERJ. Pesquisadora do NEEAE.

³Graduanda em Serviço Social da FSS UERJ. Pesquisadora do NEEAE.



1 INTRODUÇÃO

No presente artigo vamos tratar dos impactos do governo ilegítimo sobre a educação, política essencial aos interesses da classe trabalhadora, que é, como não poderia deixar de ser, disputada pela burguesia. Analiticamente, os processos educacionais e a política que os estrutura estão imersos nos movimentos da sociedade contemporânea, dentre os quais destacamos a crise mundial do capitalismo e seus reflexos no mundo do trabalho e impactos na formação da mão de obra, a partir de breve destaque da história da educação brasileira. Agregamos a estas reflexões o fato de estarmos em pleno desenvolvimento de um golpe jurídico-parlamentar-midiático⁴, seguido da eleição de um candidato ultrarreacionário, com inexpressiva história política, que tem tido como consequência a regressão de direitos e a valorização de concepções reacionárias de sociedade.

Feita essa breve apresentação da organização do nosso texto, destacamos que sua relevância está fundamentada na importância da análise dos impactos do golpe e da eleição do governo ultrarreacionário em curso nas políticas sociais – na educação, no presente debate - não somente como compreensão da realidade, mas como fundamentação para as lutas cotidianas.

2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: breve historicização

A materialização da política de educação brasileira e a escola são experiências que se desenvolvem mais ampla e efetivamente no século XX. Portanto, essa, como outras políticas sociais, é tardia, frágil e incompleta: tardia por sua recente institucionalização; frágil por suas infraestrutura física e de financiamento serem precárias. Além disso, destacamos as marcas históricas do descaso e do desrespeito para com o trabalho dos profissionais da área e a incompletude da política, porque sequer universalizamos a educação básica⁵.

A experiência hoje construída é marcada pela nossa história de longa escravidão e,

⁴Não desconsideramos que o governo anterior caminhava também no sentido do conservadorismo, quer seja no contingenciamento de recursos para pagamento da dívida pública, quer seja na criminalização dos movimentos sociais de resistência ou ainda pela gestão privatizante de políticas sociais. No entanto, a violência, a rapidez absurda dos retrocessos e a intensa aglutinação dos representantes do capital em torno desse processo, tem sobressaltado a classe trabalhadora por seu ataque a direitos básicos, inclusive no campo da educação. A crise do capital não comporta mais concessões à classe trabalhadora e o golpe é expressão deste processo.

⁵No Rio de Janeiro, segundo maior PIB do Brasil, por exemplo, faltam 20 mil vagas no Ensino Médio em 2019, como a mídia tradicional noticia. <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/02/5621427-falta-de-20-mil-vagas-na-rede-estadual-afeta-alunos-das-zonas-oeste--norte-e-interior.html>



por isso mesmo, pelo desprezo à formação da classe trabalhadora, pelo elitismo, pela longa condição de colônia, pela meritocracia, pelo subfinanciamento, pelas diferenças na qualidade dos serviços prestados⁶.

Importa-nos ressaltar que prover educação pública aos brasileiros não fazia parte do projeto colonizador-imperial, fundamentado na exploração de força de trabalho escravizada e na subserviência à Europa. O ensino estava destinado somente às elites brancas, que não raras vezes estudavam fora do Brasil.

Nos anos de 1930, em momento de ascensão do capitalismo monopolista e de reconfigurações na economia internacional, o padrão de Estado Brasileiro – Vargasista – busca ser o conciliador dos interesses do capital industrial (sem abandonar o agrário) com as necessidades de reprodução da classe trabalhadora. No campo educacional a criação do Ministério da Educação e da Saúde, são expressões deste processo.

A Constituição de 1934 realizou ordenamento inicial desta política, determinando que os estados estruturassem seus sistemas educacionais, devendo realizar investimentos da ordem de 10% de seus tributos neste campo, e determinando a articulação de diferentes ramos de ensino. Além disso, a Constituição declarava que a educação era *direito de todos*, conferindo caráter facultativo ao ensino religioso (XAVIER, 1990), o que pode ser considerado um avanço em um país onde a educação foi materializada, desde a origem, por meio das instituições católicas.

Também foram promovidas reformas. A realizada por Francisco Campos se dirigia ao ensino superior e à escola secundária e profissional (dando-lhe terminalidade, o que impedia que os oriundos do ensino comercial, em geral, filhos da classe trabalhadora, chegassem à universidade). Já a reforma Capanema instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial e do Ensino Secundário. A criação do *Sistema S* data do mesmo período e propõe formação profissional preparando populações urbanas para o trabalho nas indústrias e comércios.

Apesar de tais iniciativas, a demanda por formação de força de trabalho não foi respondida à contento pelo Estado Novo, embora tenham ocorrido avanços. Sobre o tema, Cunha (2000) nos chamará atenção para o fato de que o Brasil desenvolverá seu processo de industrialização periférica, sem a efetivação do acesso dos filhos da classe trabalhadora à escola. Em outras palavras, os centros urbanos cresceram, as camadas médias foram alcançando acesso à escolarização, mas o número de vagas nas escolas públicas crescia de modo insuficiente. Portanto, foi um processo de industrialização sem massificação da

⁶Não podemos falar em homogeneidade na prestação de serviços na educação pública no Brasil. A diversidade de condições entre as redes municipal, estadual e federal é notória, bem como a diferença da qualidade entre instituições, segundo o território que ocupam: regiões do país, cidades ou bairros.



escolarização, visto que o aprendizado para o trabalho fabril ocorria em serviço.

Todavia, um caldo de cultura em torno da importância da educação e da escolarização já estava sendo “*incorporado*” desde o início do século. Assim, a classe trabalhadora começará a acessar este direito fundamental, ainda que lenta e timidamente, destacando-o entre suas bandeiras de luta (ROMANELLI, 2001).

O Brasil viveu no período de 1945 a 1964 a experiência democrática, de governos marcados pela ideia da planificação do desenvolvimento, pelo aprofundamento de relações capitalistas e pelo crescimento de movimentos sociais. Na concepção de Ianni (1979) trata-se da organização de uma sociedade nacional e de aprofundamento da economia dependente.

Em contrapartida, a ditadura civil-militar desestabilizou a ideia de ampliação do acesso à educação, que se expandia no final dos anos 1950 reivindicada pelo movimento por Reformas de Base e defendida pela Educação Popular. Ações no campo da alfabetização de adultos, inspiradas na pedagogia de Paulo Freire, como por exemplo “de pé no chão também se aprende a ler”, foram reprimidas e substituídas pelo insosso e conservador Mobral. A escola pública enfrentou durante o regime: desqualificação de sua qualidade, arrocho salarial dos profissionais, degradação dos equipamentos, e repressão política. Saviani (2008) nos falará do enxugamento de recursos destinados a esta política no período ditatorial.

A crise econômica mundial iniciada nos anos 1970 influenciará as possibilidades de perpetuação do golpe civil-militar. A transição rumo à redemocratização será feita ao final dessa década, sem rupturas intensas, de forma lenta e gradual, mantendo elementos da economia ditatorial e a concentração de renda, apesar das resistências em contrário por parte da sociedade civil.

Nos anos 1980 – em contexto de redemocratização e de manifestações pela ampliação dos direitos e da pressão dos organismos multilaterais de financiamento pelo combate ao analfabetismo e ampliação da qualificação da mão-de-obra – o acesso à educação retoma a visibilidade como demanda da sociedade brasileira (SHIROMA *et al.* 2000). Trata-se de uma ampliação frágil e aligeirada, em uma escola visivelmente degradada, atendendo a uma demanda do capitalismo monopolizado: mão-de-obra mais escolarizada e educada, apta à flexibilidade, ao individualismo e competitividade exigidos pelo mercado (ALGEBAILLE, 2009).

Diante disso e observando a realidade atual é possível afirmar que o modelo de educação em vigor busca formar uma mão-de-obra de escolaridade básica, treinável e adaptável às mais diversas e precárias condições de trabalho. Como expressão deste processo temos 23% dos nossos jovens de 15 a 29 anos na condição de “nem-nem”: nem



trabalham, nem estudam (PNAD, 2018)⁷, situação gravíssima para um país continental e periférico, dotado de importante população juvenil.

Certamente, existem tensões e disputas em torno deste processo de formação visto que a educação pública e de qualidade é bandeira de luta de diversos movimentos sociais classistas, como sindicatos e grupos de defesa da escola pública. No entanto, a hegemonia de uma educação produtivista, aligeirada e empobrecida, oferecida aos filhos da classe trabalhadora, nos parece inegável. A produtividade da escola improdutiva (para a manutenção da desigualdade e da ordem burguesa), destacada por Frigotto em 1993, permanece atual.

2.1 EDUCAÇÃO: intensas regressões do governo golpista e da gestão ultrarreacionária

Do governo golpista queremos destacar uma frase proferida e que intitula o nosso artigo: o Brasil voltou vinte anos em dois⁸. Do governo ultrarreacionário queremos destacar a frase emitida nos últimos dias e amplamente divulgada pela mídia oficial: “imagina ficar o tempo todo com esse abacaxi”⁹. Feito esse destaque, resgatamos que a educação deve ser pensada a partir de sua vinculação à condição de política tardia e incompleta, desenvolvida na periferia do capitalismo, numa totalidade complexa e tensionada entre interesses públicos e privados.

Estamos em profunda crise internacional, com reflexos terríveis em economias periféricas como a brasileira, o que tem ampliado os níveis de desemprego, precarizado os vínculos de trabalho, enxugado recursos para a proteção social, realizado ações recessivas como a reforma trabalhista, do Ensino Médio, compondo um quadro de destituição e de degradação intenso. A educação se integra a este quadro como direito fundamental, precariamente efetivado, de grande visibilidade e em crescente processo de mercantilização.

⁷Segundo os dados da Agência IBGE notícias, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em 02 de abril de 2019.

⁸ A assessoria do governo golpista talvez estivesse querendo dizer: o Brasil voltou. Avançamos vinte anos em dois. Teria sido um erro de escrita ou teria sido um golpe nos golpistas? Por agora não sabemos, mas o fato é que a frase revela o que temos vivido de fato, a partir da gestão ilegítima: terríveis retrocessos de vinte anos, em apenas dois.

⁹ Presidente profere essa frase ao se referir ao que é governar o Brasil.

<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-sobre-presidencia-imagina-ficar-o-tempo-todo-com-esse-abacaxi/>



Como medidas que expressam este quadro, destacamos o desmonte de programas sociais, dentre eles o Ciência sem Fronteiras, o congelamento de investimentos públicos nos próximos 20 anos, a abertura do pré-sal aos estrangeiros (e a consequente não destinação de parte de seus lucros para a saúde e educação), a entrega da gestão de setores estratégicos a representantes do capital financeiro, a terceirização e a precarização de direitos por meio da reforma trabalhista. Falamos, ainda, da política de ataques aos povos indígenas e quilombolas, de privatizações, do desmonte dos bancos públicos e do projeto da Reforma da Previdência.

Podemos afirmar, portanto, que os interesses do golpe e do governo ultrarreacionário organizaram uma bem fundada arquitetura para reduzir custos relativos à força de trabalho, desorganizar os BRICS, prover blindagem dos lucros do capital internacional, retomar a exportação de bens simples, além de preparar o terreno para dar de bandeja a previdência privatizada aos bancos. Além disso, são governos que protegem o ataque ambiental do agronegócio, aprovando a ampliação do rol de agrotóxicos em uso e da fragilização da definição de trabalho escravo.

Todas estas medidas têm impactos diretos e indiretos para a política educacional. Os mais evidentes – o congelamento de recursos, a destruição do Ciência sem Fronteiras e a reforma do ensino médio – saltam aos olhos pelo nível de regressividade, pela rapidez com que foram aprovados e pela frágil resposta da sociedade brasileira a sua efetivação.

Considerando que a educação não se materializa nos espaços de formação, exclusivamente e que o fenômeno da desigualdade e da pobreza impactam diretamente nos processos formativos, podemos concluir que o quadro acima descrito e, mais particularmente, os ataques a ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao Programa Bolsa Família (PBF)¹⁰, tornarão a realidade educacional ainda mais dramática.

No desenrolar do golpe temos ainda a PEC 241, aprovada e transformada na emenda 55/2016, que prevê o congelamento de investimentos públicos, segundo o aumento inflacionário, sem considerar o crescimento populacional e/ou da arrecadação, construindo uma legalidade constitucional própria, atingindo o custeio de políticas sociais imprescindíveis.

Tratando, especialmente, da política educacional, destacamos que os investimentos públicos advindos do Governo Federal em direção à universidade (instituição altamente mercantilizada e atacada por governos diversos, que consideram altos os seus custos e pequena sua relevância social), têm sido incomparavelmente menores, conforme informações publicadas, inclusive, pela grande mídia.

¹⁰O congelamento de investimentos pelos próximos 20 anos e a desvinculação do BPC do reajuste do salário mínimo terão impactos terríveis socialmente e na educação em particular.



O Jornal do Globo (2017) noticia que no primeiro semestre de 2017, 44 das 64 universidades federais tiveram cortes em seus orçamentos, em comparação ao primeiro semestre de 2016. As cinco mais afetadas são a UFPA, UF de Pelotas, UF do ABC, UF de Lavras e a UFSP. Outras instituições federais de renome como a UFRJ¹¹, UFPE e UNB figuram também na situação de corte de recursos, com 22%, 23% e 22% de cortes, respectivamente.

Como elemento da regressão em curso e do falseamento da realidade, para além do contingenciamento de recursos, queremos tratar da Plataforma Nilo Peçanha, recém organizada em 2017 pelo Governo Federal, assim definida:

é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades (...) (BRASIL, Plataforma Nilo Peçanha, 2017).

Entendemos que a criação da Plataforma é positiva, pois solidifica e divulga a rede federal de educação, ciência e tecnologia. Esta deve ser uma ferramenta que dê transparência e visibilidade aos dados dos Institutos Federais – da educação básica à superior – de todo o país. Todavia, temos dúvidas quanto à validação desta transparência por razões óbvias, que precisam ser nomeadas. Em primeiro lugar, sabe-se que o governo Temer esteve fundamentado sobre um golpe¹² e que transparência não combina com golpistas. Em segundo lugar, em função da atual conjuntura, indagamos sobre a qualidade dos dados ali explicitados, questionando se neste contexto nefasto é intencional tratar inadequadamente alguns dados dos Institutos Federais brasileiros.

Sobre a declaração de cor/raça dos estudantes, a Plataforma Nilo Peçanha nos apresenta que em 2017, 41,5% dos estudantes não declararam a cor/raça. Da mesma forma, sobre a renda, os dados da Plataforma nos indicam que 56,21% não a declararam também. Ora, com a implementação da Lei nº 12.711/2012¹³ – a Lei de Cotas Nacional – o acesso aos concursos dos Institutos Federais solicita declaração de cor/raça e renda familiar. Logo, é incompreensível considerar que mais da metade dos estudantes não fizeram a declaração desses dados. O número de alunos que não declaram sua cor também nos pareceu desproporcional, em um contexto em que crescem os debates étnicos.

Em um contexto de golpe, apresentar informações em que os alunos dos Institutos Federais não são negros ou de baixa renda, pode nos remeter a pensar em ataques a tais

¹¹ O incêndio que dizimou o Museu Nacional do Rio de Janeiro, ligado à UFRJ é expressão deste processo.

¹² E que desencadeou tantos golpes desde então, como os citados ao longo da construção deste artigo.

¹³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 13 de junho de 2018.



instituições e às políticas de acesso e permanência. Os dados da Plataforma Nilo Peçanha em 2017 nos chamam a pensar a respeito deste fato, através de novas pesquisas.

Com relação a Reforma¹⁴ do Ensino Médio realizada sem efetiva consulta popular (como é típico nos golpes) e editada através de medida provisória que modifica substancialmente a LDB (Lei nº 9394/1996), ela se concretiza através de um novo currículo, que objetiva assegurar a flexibilidade da grade, permitindo que o estudante tenha autonomia sobre a escolha dos conteúdos que pretende estudar (MEC, 2017).

Neste formato, apenas matemática, língua portuguesa e inglês serão matérias obrigatórias. Os demais conteúdos serão convertidos em áreas eletivas ou percursos formativos nos quais o estudante poderá escolher o caminho a ser trilhado. Com isso, as 13 disciplinas consideradas principais na organização anterior (português, matemática, história, geografia, química, física, biologia, sociologia, literatura, educação física, redação, artes e língua estrangeira) se agrupam em 05 conjuntos (linguagem, matemática, ciências da natureza, ciências sociais e humanas e formação profissional). As disciplinas dos citados conjuntos serão obrigatórias durante um ano e meio. No restante do curso, o estudante poderá optar por um percurso específico, mantendo somente, português e matemática e inglês como obrigatórias.

Essa flexibilização do conjunto de disciplinas poderá aprofundar as disparidades entre as instituições e regiões: instituições com melhor infraestrutura e recursos melhor se integrarão (ou resistirão) às mudanças. Além disso, as escolas não serão obrigadas a ofertar todos os percursos, visto que o MEC reconhece dificuldades neste sentido, o que ampliará ainda mais as diferenças entre as instituições. Ademais, a reforma permitirá que o estudante opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular, desde que ele continue cursando português e matemática até o final, o que impactará na carga destinada à chamada formação geral.

Para além deste fato, os percursos formativos não poderão ser implementados em escolas com *déficits* de professores, fato público e bastante comum mesmo em cidades grandes. Além disso, indagamos como será possível realizar uma reforma em um contexto de diminuição de recursos para as políticas sociais.

Outro elemento complicador é o fato de que a reforma permite que o professor seja alguém com notório saber. O sentido deste conceito não nos parece claro. Um engenheiro, por exemplo, poderia dar aulas no campo da matemática, ou um profissional de relações internacionais poderia dar aulas de história? No contexto do golpe, sobram questões e problemas: entendemos que o suposto *notório saber* é insuficiente para qualificar o exercício

¹⁴Concordando com Behring (2005), consideramos que o melhor termo para ações deste tipo é *contrarreforma*, visto que o que está em curso é uma regressão de direitos e não uma reforma no sentido da ampliação dos mesmos.



do magistério, atividade complexa e que está além da boa vontade de quem se propõe a realizá-la. Por isso, entendemos que estamos diante do aligeiramento da formação, da desqualificação da preparação pedagógica de lecionar e do improvisado, o que terá impactos na continuidade dos estudos para alunos oriundos do Ensino Médio reformado.

Dando prosseguimento destacamos que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), em fase de implantação, tem sido criticada por grupos de defesa da escola pública, devido a falta de clareza, pela fragilidade dos percursos formativos e por seu autoritarismo. A BNCC é fundamental à Reforma do Ensino Médio. Aprovada em cerca de nove meses, sem debates para além das redes sociais e sem consulta aos movimentos organizados em defesa da educação pública, a base insiste em uma visão fragmentada do conhecimento, desqualifica saberes regionais, exclui o debate sobre gênero e destaca a visão religiosa cristã nos currículos.

Além disso, em um país com tantos analfabetos, a BNCC antecipa a idade máxima para conclusão do processo alfabetizador, desconsiderando necessidades particulares dos educandos e as condições para o aprendizado. Os resultados desta regressão serão sentidos na materialização de um aprendizado ainda mais frágil e acrítico. Neste sentido a flexibilização curricular do Ensino Médio representa uma estratégia política perversa, identificada com os interesses da hegemonia burguesa, que dificultam a caminhada escolar e a ascensão da juventude pobre aos níveis educacionais mais altos.

Concretamente, a conclusão do Ensino Médio reformado habilitará para o vestibular, todavia, os jovens pobres terão mais dificuldades para darem continuidade à formação. Como consequência, as experiências de acesso e permanência – as cotas datadas do início do século XX no Brasil¹⁵ e a política de assistência estudantil que se expandiu significativamente depois de 2007, ambas praticadas em instituições públicas – serão impactadas, visto que o número de sujeitos aptos à pleiteá-las, aprovados no vestibular, pode decrescer.

Outro elemento que integra esse ciclo de regressões diz respeito ao movimento Escola Sem Partido, que prega um modelo de escola assentado sobre uma mentirosa neutralidade formativa, que nega a importância do aprendizado sobre a diversidade sexual e étnica, sobre os direitos dos negros e mulheres, sobre a liberdade religiosa, sobre a história dos povos originários e escravizados.

Esse quadro de censura, de negação do Estado laico, de cassação de ideias críticas

¹⁵Trata-se da experiência das cotas, ação recente no Brasil, inspirada nos processos de redemocratização da sociedade brasileira, em projetos realizados nos EUA, em países da Europa Oriental e em Cuba, buscando ampliação de oportunidades educacionais, de trabalho, participação política e progressão na carreira para *grupos* historicamente segregados ou marginalizados por suas condições particulares (etnia, sexo, idade, pobreza, por exemplo) (MOEHLECK, 2004).



e valorização de discursos de ódio e intransigência, certamente impactará no perfil humanista e humanizador que a educação deve ter. Na concepção de mundo e na autopercepção do estudante como sujeito de direitos, capaz de transformar a realidade em prol da coletividade e da democracia (FRIGOTTO, 2017).

O que está sendo desenhando é um modelo de formação de juventude que passa a ser educada precariamente e no obscurantismo. Os índices de analfabetos funcionais e políticos, portanto, tenderão a crescer. Este mesmo quadro se espalha também para o campo da política cultural igualmente atacada, subfinanciada, que se apropria do patrimônio socialmente produzido para transformá-lo em produto lucrativo para alguns

Sobre as creches ressalta-se que a insuficiência das mesmas compromete todo o processo formativo em um país desigual, com níveis altos de violência e de frágeis políticas para a infância. As consequências do déficit neste campo são inúmeras: impactam na saúde, segurança alimentar, proteção, aprendizagem. A educação infantil, em especial, tem sido drasticamente afetada, principalmente, nas instituições que têm por objetivo realizar o cuidado de crianças de 0 a 03 anos de idade.

Importante lembrar que no contexto social em que vivemos, a creche assume um papel de extrema importância, pois, além de assegurar direitos e dar suporte ao desenvolvimento intelectual da criança, essa instituição dá suporte a famílias e mulheres trabalhadoras que sem este recurso, precisam deixar suas crianças, muitas vezes, sob cuidados precaríssimos, ou abandonar os empregos. A inexistência de creches fragiliza a infância e juventude, especialmente entre os mais pobres, além de impactar na vida de mães e pais.

2.2 EDUCAÇÃO: intensas regressões do governo atual e antidemocrático

É no mínimo constrangedor admitir a desqualificação do presidente atual para com a gestão nacional, todavia não é nenhuma novidade. Desde o processo eleitoral em 2018, já entendíamos que o candidato não seria uma boa opção para um projeto de Brasil democrático e progressista, comprometido com os interesses da classe trabalhadora brasileira. Ao contrário: o candidato já pronunciava ofensas racistas e misóginas; discursava contra os direitos humanos e considerava implementar contrarreformas que destroem a proteção social do povo brasileiro. Tampouco, o então candidato se preocupou em manter uma relação diplomática com os demais candidatos à presidência, sobretudo com os eleitores brasileiros, pois não participou de nenhum dos debates organizados.



A realidade do governo federal na atualidade não desmente a postura prometida durante a campanha. Reforçando o que renunciou, o presidente e seus ministros, estão dando cabo da democracia brasileira, empenhados em alienar a massa trabalhadora com ideologias ultrarreacionárias.

O atual governo, através do slogan *“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”* vendeu uma imagem de Estado conservador, a partir da mensagem hipócrita de núcleo familiar hetero, branco, anti-corrupto, e cristão; porém extremamente homofóbico, racista, corrupto, e anti-laicidade (desqualificando as demais religiões, especialmente as de matriz africana), venceram as eleições.

Concretamente, a política de educação que defendemos, universal, estruturada para a permanência e oportunidades de todos os brasileiros, está diretamente violada nas condições impostas pelo contexto do governo federal hodiernamente. O então Ministro da Educação – Ricardo Veléz Rodríguez – demonstra total desinteresse para com uma política educacional de ampliação dos pobres ao acesso universitário gratuito e de qualidade. Em declarações recentes, o ministro da educação afirmou que a “ideia de universidade para todos não existe” (VALOR, 2019) e “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]” (VALOR, 2019), ou seja, posicionamento de uma ideologia classista elitizada, que defende o acesso universitário reservado às famílias ricas brancas. Isso confronta completamente a luta histórica dos movimentos sociais por uma educação libertadora, inclusiva e universal, que outrora, foi ampliada através da Lei de Cotas ao ensino federal superior, já tratada anteriormente neste artigo. Em outra oportunidade, o mesmo Ministro em entrevista a *Revista Veja* defendeu a cobrança de mensalidades em universidades federais, uma possível extinção das cotas universitárias e o retorno de disciplinas como a de *Moral e Cívica* nas instituições de ensino (GAÚCHAZH, 2019).

Não satisfeito, e incentivado pelas manifestações celebratórias ao golpe militar de 1964 do Presidente da República, Vélez reiterou que o regime militar de 1964 – instaurado por um golpe, e responsável por diversas torturas, prisões políticas, assassinatos e desaparecimentos, além de recessão econômica e posturas corruptas dos então gestores – “foi uma decisão soberana da sociedade brasileira [...] de um regime democrático de força” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Nesta tendência, o Ministro da Educação deseja realizar mudanças nos conteúdos dos livros de história, pois segundo ele não houve golpe e o regime militar não foi uma ditadura: “haverá mudanças progressivas na medida em que seja resgatada uma versão da história mais ampla.



Através do exposto¹⁶, se percebe a intenção em propagar a ideologia contra os pobres, como também a ideologia profascista. Em pouco mais de quatro meses de governo, já é notável o descomprometimento público com as políticas sociais, em especial da Seguridade Social e da Educação.

Os retrocessos são muitos e serão maiores, principalmente, se houver a consolidação do desmonte da Previdência Social aos moldes do projeto governamental em curso, que desvincula o BPC ao ajuste salarial e conseqüentemente, afeta o orçamento das famílias mais empobrecidas. Além disso, obriga a contribuição de 40 anos para aposentadoria integral, em um país em que se trabalha desde a juventude, informalmente.

Certamente, retirar direitos sociais da população, determina maiores dificuldades para o acesso e a permanência estudantil. De outro modo, a juventude estará mais cedo inserida no mercado de trabalho com expectativas menores de alcançar o direito a aposentadoria, logo, estudarão menos.

O governo federal atual é violento e não demonstra estar interessado em diálogos com a população brasileira. O único viés, como já é sabido, para vislumbrar a saída da classe trabalhadora desta condição humilhante, é através da luta organizada, iluminada com senso crítico e coletivo, com estudos solidários sobre legislações, decretos, política, sociologia, direitos. Assim deve ser em qualquer momento histórico, porém, de maneira incisiva, nos dias atuais.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A descrição e o debate propostos no presente artigo demonstram o quanto as políticas sociais, de modo geral, têm sido amplamente sucateadas e desqualificadas, nestes últimos dois governos. Essa realidade hostil para os mais empobrecidos, nos faz repensar o quanto o *slogan*, “O Brasil voltou 20 anos em 02”, revela uma autodenúncia.

Se em 1998, com o governo Fernando Henrique Cardoso, a nação brasileira caminhava, a passos largos, em direção ao abismo representado pelas privatizações e supervalorização do capital estrangeiro, em 2019, mais de 20 anos depois, contemplamos e vivenciamos a reincidência dessas ações, com traços mais agudizados. Nesse contexto, o

¹⁶Ainda que o Ministro da Educação tenha posteriormente voltado atrás nas declarações feitas, não é possível desconsiderá-las, pois compreendemos a real intenção das mesmas. Ou seja, há preocupação está em retirar direitos conquistados através da luta organizada dos movimentos sociais. Para o governo atual e setores chaves do capital industrial e comercial, é impensável que a população pobre esteja alfabetizada e detenha de consciência cidadã e crítica.



desfinanciamento proposto pelos governos golpista e antidemocrático, em especial na política de educação, nos mostra o quanto a classe burguesa tem atuado contra os direitos dos trabalhadores e o quanto estes têm tido sua percepção obscurecida pelo falseamento da verdade.

Sendo assim, enquanto direitos são usurpados, a grande mídia trata das Reformas Trabalhista, no Ensino Médio e da Previdenciária como essenciais à melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Os representantes do capital têm investido no discurso da ordem conservadora, que falsifica a realidade. Fragilizados em suas condições de sobrevivência os movimentos de trabalhadores não têm conseguido responder a este processo com a rapidez e organização coletiva que este solicita.

É neste processo de forte ofensiva do capital contra a classe trabalhadora que nós, profissionais de Serviço Social, devemos no exercício de nossa profissão, fortalecer as lutas sociais, dialogando com os trabalhadores sobre o peso da responsabilidade que é estar nessa posição de classe, no contexto social capitalista. Mais do que isso, pensamos ser necessário trazer a tona o quão importante é uma educação qualificada, em um cenário perverso, em que os mais pobres têm sido cada vez mais desapropriados de condições para análise da realidade social de forma crítica.

Decerto, uma educação dotada de base científica, ampla, que contribua para estimular o pensamento crítico abre as portas para pensar o Brasil, dá suporte teórico para que os dominados questionem as “algemas” que os prendem à condição de classe explorada. Afinal,

Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Em outras palavras: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (SAVIANI, 2012, p. 55)

Para que esse horizonte se faça real é indispensável um posicionamento político frente aos constantes ataques e retrocessos que se materializam travestidos como novidades. Por isso, para combater os dois anos de recessão e regressão, que pesam como se vinte anos fossem, devemos buscar uma força que não se cria individualmente e que vai muito além dos processos eleitorais da democracia burguesa. Tempos temerosos e bolsonaristas pedem bravas respostas.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE , E. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos.** Rio de



Janeiro: FAPERJ/Lamparina, 2009.

BEHRING; BOSCHETTI. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

BOULOS, G. Carta Capital. **12 retrocessos em 12 meses de Temer**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/12-retrocessos-em-12-meses-de-temer>. Acesso em 10 de junho de 2018.

BRASIL, IBGE. **Biblioteca PNAD Contínua 2017**. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em 06/09/2018.

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>, acesso em 12/12/2017.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em: 11 de junho de 2018.

CUNHA, Luis Antonio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ministro diz que não houve golpe em 1964 e que livros didáticos vão mudar**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/livros-didaticos-vao-negar-golpe-militar-e-ditadura-diz-ministro-da-educacao.shtml>. Acesso em 04 de abril de 2019.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. (Org) FRIGOTTO, G. Rio de Janeiro. UERJ, LPP, 2017.

GAÚCHAZH. **Ministro da Educação defende fim das cotas e volta de moral e cívica**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/02/ministro-da-educacao-defende-fim-das-cotas-e-volta-de-moral-e-civica-cjrmdxmwi000n01tdu1and687.html>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

JORNAL O GLOBO. **Quase 70% das universidades federais tiveram cortes de janeiro a junho de 2017**. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/quase-70-das-universidades-federais-do-pais-tiveram-cortes-no-orcamento-entre-janeiro-e-junho.ghtml>. Acesso em 04 de abril de 2019.

MOEHLECKE, S. Ações afirmativas: histórias e debates no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 117, nov 2002. <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>, acesso em 01/06/2015.

PASSARELLI, H. **‘Ideia de universidade para todos não existe’, diz ministro da Educação**. In: Valor. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/6088217/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao>. Acesso em 04 de abril de 2019.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2001

SAVIANI, D. **Escola Democracia**. – 42. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas da nosso tempo; 5).

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SAVIANI, D; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico crítica: A luta de Classes da educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

SHIROMA, E. O., MORAES, M. C. de, EVANGELISTA, O. (Orgs). **Política Educacional**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

XAVIER, M^a. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931- 1961)**. Campinas: Papyrus, 1990.